

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano II - Nº 271 - Brasília, sexta-feira, 19 de julho de 1996

Carlos Wilson aponta manipulação do Orçamento

O senador Carlos Wilson defendeu ontem uma tomada de posição do Congresso diante das denúncias de que o governo beneficiou com verbas orçamentárias regiões para fortalecer candidatos a prefeito de seu interesse. O senador cobrou a adoção das medidas recomendadas pela CPI do Orçamento.

Página 3



O plenário do Senado apreciou também prorrogação da permanência de tropas brasileiras em Angola

Senado abre telefonia celular a investidores

Com votos contrários do PT e do PSB, projeto que permite a participação de empresas privadas no setor será agora encaminhado à sanção do presidente da República

Constitucionalidade do projeto gera polêmica

Os pronunciamentos contrários ao projeto sobre a telefonia celular enfatizaram as suspeitas de inconstitucionalidade levantadas quando da apreciação da matéria pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, notadamente em função de mudanças feitas pela Câmara dos Deputados.

O senador Jáder Barbalho (PMDB-PA), líder do partido no Senado, aproveitou o encaminhamento da votação para esclarecer que o presidente da República, em reunião com representantes da bancada, comprometeu-se a vetar os pontos apontados como "inconstitucionais", principalmente no que toca à criação do órgão regulador do setor. Jáder acrescentou que

Fernando Henrique Cardoso comprometeu-se a enviar projeto de lei criando o órgão regulador reclamado pelos parlamentares antes de setembro.

Conforme a exposição de motivos do governo, as medidas aprovadas representam um passo fundamental no atendimento à demanda por serviços de telecomunicações, que se encontra fortemente reprimida.

O Senado aprovou também autorização para o governo da Bahia realizar operação de crédito externo no valor de R\$ 19,5 milhões. Em outra decisão, o plenário aprovou o pedido do presidente da República para estender por mais um ano a permanência de soldados brasileiros em Angola. Páginas 2 e 8

Por 56 votos a favor e cinco contra, em sessão extraordinária que durou quatro horas, o Senado aprovou no início da tarde de ontem o projeto de lei de iniciativa do governo que permite a participação de capitais privados, nacionais e estrangeiros, na exploração dos serviços de telefonia celular, de transporte de sinais por satélite e de comunicação de dados. Já aprovado

senadores José Eduardo Dutra (PT-SE), Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) e Lauro Campos (PT-DF). Diversos pedidos de destaques para votação em separado, submetidos pelo presidente José Sarney ao plenário, foram recusados.

Os senadores que encaminham a favor da aprovação do projeto lembraram que este é o primeiro "fruto" do processo de abertura

da economia brasileira, iniciado com a aprovação pelo Congresso das emendas constitucionais no ano passado. Os avanços tecnológicos e seus reflexos sobre a economia nacional e o mercado consumidor também foram ressaltados, juntamente com os efeitos positivos que a abertura para os investimentos privados trará sobre o mercado de trabalho do País e o crescimento do produto brasileiro.

Rejeitados destaques na votação da proposta

No encaminhamento da votação, após demorada discussão da matéria, manifestaram-se pela aprovação do projeto os senadores Esperidião Amin (PPB-SC), José Serra (PSDB-SP) e Hugo Napoleão (PFL-PI). Defenderam a rejeição os

Senado aprova empréstimo externo para a Bahia

Mais de 19 milhões de reais a serem contratados junto ao Fida serão destinados à implementação do Programa de Desenvolvimento Comunitário da Região do Rio Gavião

Autorização para São Paulo gera polêmica e perde a urgência

Por acordo das lideranças partidárias, o plenário do Senado aprovou também a retirada da urgência para a votação do projeto que autoriza o governo do estado de São Paulo a emitir Letras Financeiras para pagamento de precatórios.

Os senadores Gerson Camata (PMDB-ES), José Ignácio Ferreira (PSDB-ES) e Ramez Tebet (PMDB-MS) afirmaram que a aprovação do pedido acirrará a guerra fiscal entre São Paulo e os demais estados brasileiros.

Camata defendeu a retirada da urgência e o adiamento da votação, mas explicou que não estava dando um voto contra São Paulo. A seu ver, é preciso que a questão seja analisada à luz da reforma tributária que deve ser votada em setembro, quando o Congresso disciplinará um



Camata, Ignácio e Tebet se opuseram ao pedido

comportamento uniforme para todos os estados.

Tebet afirmou que os estados menores, como Mato Grosso do Sul, estão ficando sufocados e buscando recursos junto ao Tesouro para conseguir pagar seus funcionários. "Nada está sendo feito em favor desses estados, enquanto São Paulo recebe ajuda em doses cavalares. Não podemos ficar calados diante dessa situação", disse o senador.

José Ignácio afirmou que São Paulo vem recebendo

enormes investimentos federais ao longo de décadas e os benefícios gerados pelas renúncias fiscais nem sempre chegaram ao Espírito Santo. "O meu estado é o menos aquinhoado pelas benesses do governo federal", disse ele.

Jefferson Peres (PSDB-AM) e Romeu Tuma (PSL-SP) defenderam que a votação fosse realizada na sessão de ontem, mas os líderes decidiram que o projeto precisa ser melhor discutido com o governador de São Paulo.

O plenário do Senado aprovou ontem, ao final da sessão extraordinária iniciada de manhã, autorização para o governo da Bahia realizar operação de crédito externo junto ao Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (Fida), no valor de R\$ 19.528.560,00, destinado à implementação do Programa de Desenvolvimento Comunitário da Região do Rio Gavião. O Banco Central avalizará o empréstimo em nome da União. Na Comissão de Assuntos Econômicos, a operação teve parecer favorável do senador Waldeck Ornelas (PFL-BA).

Os recursos serão financiados a juros iniciais de 7,07% ao ano, com carência de três anos. O principal deverá ser pago em trinta prestações mensais, sendo a primeira em agosto de 1999. O programa deverá beneficiar 10 mil famílias de pequenos produtores rurais da região do rio Gavião e prevê a construção de estradas vicinais, obras de irrigação comunitária, eletrificação, crédito e assistência técnica.

Agenda do Dia

PRESIDENTE Senador José Sarney

9h - Preside sessão não deliberativa do Senado.
11h - Despachos internos.

PLENÁRIO

9h - Sessão não deliberativa do Senado

PREVISÃO DOS TRABALHOS PARA OS PRÓXIMOS DIAS

PLENÁRIO

Terça-feira (23.07.96)

14h30 - Sessão deliberativa do Senado

Pauta: *Requerimento nº 686/96, solicitando a tramitação conjunta do PLC nº 48/96 com o PLS nº 190/95, por tratarem de matérias correlatas; e terceiro dia de discussão em primeiro turno da *PEC nº 22/96, que trata da criação de municípios.

Quarta-feira (24.07.96)

14h30 - Sessão deliberativa do Senado

Pauta: Quarto dia de discussão em primeiro turno da *PEC nº 22/96.

Quinta-feira (25.07.96)

14h30 - Sessão deliberativa do Senado

Pauta: *Substitutivo do Senado ao PLC nº 73/94, que institui o Código de Trânsito Brasileiro; e quinto dia de discussão em primeiro turno da *PEC nº 22/96.

COMISSÕES

Quarta-feira (24.07.96)

10h - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: *Ofício S nº 64/96 (não terminativo), que encaminha solicitação da Prefeitura Municipal de Fontoura Xavier (RS) para que possa contratar operação de crédito junto à Caixa Econômica Federal no valor de R\$ 344.366,18, no âmbito do programa Pró-Moradia, destinada à execução de projetos de moradia para população de baixa renda; *Mensagem nº 189/96 (não terminativo), que solicita autorização do Senado para contratar operação de crédito externo, no valor equivalente a até US\$ 350 milhões, de principal, entre o Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), destinada ao financiamento parcial do Projeto de Reestruturação e Desestatização da Rede Ferroviária Federal; e *PLC nº 2/96 (não terminativo), que altera a redação do parágrafo 1º do art. 52 da Lei nº 8.078/90, que dispõe sobre a proteção do consumidor, e dá outras providências. Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa.

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: A ser definida. Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa.

Wilson acusa manipulação do Orçamento

Senador se desliga da Comissão Mista e cobra do Congresso uma posição sobre denúncias de que governo usou verbas para fortalecer candidatos a prefeito de seu interesse

Depois de lamentar em discurso que o governo continua manipulando o Orçamento da União, liberando verbas conforme interesses políticos, o senador Carlos Wilson (PSDB-PE) afirmou que o Congresso tem a obrigação de "tomar uma atitude" ante as denúncias feitas pela imprensa, nos últimos dias, de que o Palácio do Planalto beneficiou com verbas orçamentárias regiões para fortalecer candidatos a prefeito de seu interesse. Em protesto, Carlos Wilson anunciou seu desligamento da Comissão Mista de Orçamento.

Para o senador, muitas das recomendações da CPI do Orçamento, que investigou denúncias de corrupção dos chamados "anões do Orçamento", não foram seguidas pelo governo nem pelo Congresso. "O Executivo se en-

carrega de mandar a proposta orçamentária cheia de verbas *carimbadas*, para obras específicas, em municípios especialmente escolhidos, não sei por qual critério. Isso nos leva a questionar o próprio conteúdo da peça orçamentária. Por que uma escola de primeiro grau, um esgoto de rua, obras tipicamente municipais, constam do Orçamento federal?"

A manobra do governo de enviar ao Congresso uma proposta orçamentária irrealista, o que o leva depois a fazer cortes, não tem mais sentido num período de inflação baixa, na opinião de Carlos Wilson. Ele informou que o próprio secretário de Orçamento, Waldemar Gomi, afirmou à *Folha de S.*



Carlos Wilson

Paulo que só se pagam as despesas empenhadas e "leva o dinheiro quem chega antes. É a lei da esperteza e ganha quem for mais entrosado com o Poder Executivo".

Essa manobra, conforme o senador, permite o surgimento de empresas que conseguem liberar verbas para prefeituras, desde que fiquem com 30% de comissão. Para ele, "essa semente de

corrupção" só será eliminada se for completamente mudada a concepção de orçamento. Por isso, ele acha que o Congresso deve exigir que o Orçamento para 1997, em elaboração, seja realista e transparente. Caso contrário, deputados e senadores estarão, "mais uma vez, fornecendo matéria-prima para manipulações, malversações, desvios, escândalos e, conseqüentemente, mais desgastes para os poderes Legislativo e Executivo".

Carlos Wilson foi apoiado, em apertes, pelos senadores Jefferson Peres (PSDB-AM), Geraldo Melo (PSDB-RN), Romeu Tuma (PSL-SP), Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), Humberto Lucena (PMDB-PB), Casildo Maldaner (PMDB-SC), Sérgio Machado (PSDB-CE) e Josaphat Marinho (PFL-BA).

Sebastião Rocha defende programa de renda mínima

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) afirmou ontem que o Programa de Garantia de Renda Mínima, que consiste basicamente em conceder uma suplementação de renda a todos os trabalhadores acima de 25 anos que recebam remuneração inferior a R\$ 240 reais, está ganhando a cada dia novas adesões e, conforme acentuou, "revelando uma preocupação crescente da classe política com os estereótipos padronizados de miséria de grande parte da população".

- A verdade é que os estados e municípios vêm-se mostrando mais determinados do que os poderes Legislativo e Executivo, no plano nacional, na proposta de atendimento às necessidades básicas de seus ci-



Sebastião Rocha

dadãos. Embora o Programa de Garantia de Renda Mínima tenha sido apresentado há cinco anos pelo senador Eduardo Suplicy, políticos e governantes de pequenas cidades do interior têm revelado maior sensibilidade para com os segmentos miseráveis da população - disse.

Ao observar que o projeto que institui o programa, já

aprovado pelo Senado, encontra-se na Câmara dos Deputados, Sebastião Rocha defendeu a imediata tramitação da matéria. Ele argumentou que, enquanto estaria havendo "hesitação em apreciar o projeto, este vem merecendo crescente acolhida nos governos estaduais e municipais".

- É imperativo que o Congresso Nacional aprecie o projeto. Não podemos escamotear de nossas consciências a existência de milhões de brasileiros que vivem em condições inferiores à chamada linha da pobreza e que aguardam uma ação efetiva para reduzir as desigualdades - disse.

Sebastião Rocha informou que o programa já é adotado pelos Estados Unidos, Inglaterra, Alemanha e Suécia e

que, embora "vetado em 12 municípios, o projeto está sendo apreciado em 29 outras municipalidades e em 11 estados, encontra-se em execução no Distrito Federal, em Salvador e em outras oito cidades, entre as quais Campinas, Santos e Ribeirão Preto".

Em aparte, Eduardo Suplicy (PT-SP) se disse "contente pelo entusiasmo" de Sebastião Rocha, e informou que "são 68 municípios" onde as Câmaras estão debatendo o programa. Segundo Suplicy, pelo parecer do relator, deputado Germano Rigotto (RS), o programa deverá ser implantado em nível nacional, começando pelo Piauí, Tocantins e Maranhão, até atingir todo o País.



Júlio Campos

Campos defende aplicação de parte das reservas do País

A utilização de parte das reservas internacionais brasileiras, hoje em torno de US\$ 60 milhões, em investimentos de infra-estrutura foi defendida pelo senador Júlio Campos (PFL-MT), ao manifestar sua preocupação com os gastos do governo na manutenção dessas reservas enquanto faltam recursos para um maior desenvolvimento do País. O senador é autor de projeto que trata do assunto, ora em tramitação no Senado.

- O acúmulo de grandes reservas em divisas não traz melhores perspectivas de futuro: estamos apenas financiando um déficit brutal em transações correntes com poupança externa, e seremos, amanhã, chamados a saldar a conta - afirmou o senador, para quem o investimento em infra-estrutura significaria, ao contrário, um passo decisivo em direção ao crescimento sustentado da economia brasileira e à geração de novos empregos.

Júlio Campos, como exemplo, disse que se o País aplicasse somente US\$ 5 bilhões das reservas em infra-estrutura estaria, em contraposição a esse gasto necessário, diminuindo um pouco o custo correspondente ao acúmulo de reservas em divisas, "notoriamente superdimensionadas". Assim, a seu ver, se manteria a *estabilização da moeda*, a abertura econômica e o combate ao desemprego, compromissos assumidos pelo governo.

Waldeck quer indústrias de papel e celulose no Nordeste

Senador prega a desconcentração produtiva e defende que incentivos sejam concedidos apenas para fábricas em regiões mais carentes

O senador Waldeck Ornelas (PFL-BA) quer que o governo garanta incentivos para indústrias de papel e celulose se instalarem nas regiões Norte e Nordeste. Ele disse ontem que a imprensa divulga notícias dando conta de que serão editadas uma série de medidas capazes de permitir que a produção do setor seja duplicada nos próximos dez anos. Waldeck informou que vai sugerir ao governo a concessão de incentivos apenas para as indústrias que se instalarem nessas regiões.

- Na instalação das novas fá-

bricas de papel e celulose é preciso evitar o que ocorreu com o setor automobilístico, cujas indústrias se concentraram especificamente no Sul e Sudeste pelo volume de incentivos recebidos - disse o senador.

Para Waldeck Ornelas, não bastam as declarações do presidente Fernando Henrique Cardoso de que é preciso incentivar a fixação de novas empresas no Norte e Nordeste. A seu ver, é necessário que o Ministério da Indústria e do Comércio apresente sugestões concretas ao Presidente, para que haja uma desconcentração



Waldeck Ornelas

da economia nacional, objetivando que a expansão industrial se dê de modo mais igual em todo o País.

Para Geraldo Melo, Congresso foi insultado por diplomata

O senador Geraldo Melo (PSDB-RN) disse ontem ter perdido o respeito intelectual pelo diplomata José Augusto Lindgren Alves, porque, conforme explicou, em debate na reunião anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, segundo notícia do *Jornal do Brasil*, Lindgren teria afirmado que "o Senado abastardou o projeto de autoria do deputado Hélio Bicudo, que transferia para a Justiça comum os crimes praticados por policiais militares".

Para o senador, o diplomata e diretor do Departamento de Direitos Humanos e Temas Sociais do Itamaraty não apenas criticou o Senado Federal e o Congresso Nacional, "mas os insultou". Geraldo Melo deplorou a declaração atribuída ao ministro Lindgren e considerou que atitudes como essas contribuiriam para formar ambiente propício ao fechamento do Congresso e que sem Parlamento funcionando não po-



Geraldo Melo

deria haver democracia.

Em aparte, o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) adiantou que a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, por ele presidida, suspendeu qualquer argüição de diplomatas enquanto o episódio não for totalmente esclarecido. ACM declarou que o funcionário do Itamaraty exorbitara de suas funções e demonstrara não ser dotado de bom senso, "a mais exigida qualidade de um diplomata".

Marina denuncia situação de arbítrio e violência no Acre

A senadora Marina Silva (PT-AC) disse ontem que o Acre está à deriva, com os problemas de segurança policial lá verificados. Ela declarou que, com muita tristeza, trazia à discussão tal tipo de problema e fez um apelo ao ministro da Justiça e ao Senado para que o estado de direito vigore também no Acre.

Marina informou que o assassinato do vereador Itamar Pascoal provocou uma onda de violência no estado, culminando com a divulgação de cartazes oferecendo prêmios pela captura do assassino e seqüestro de filhos, colocados como reféns sob ameaça de execução, caso o pai não se apresente.

Para Marina Silva, não é possível admitir que pessoas, ao arripiar das instituições, tentem fazer justiça a seu modo, numa "situação abominável".



Marina

Fogaça propõe regulamentar sistema financeiro

Senado tem responsabilidade de infundir confiança à população, afirma senador, que se diz preocupado com notícia de que Caixa Econômica compraria carteira imobiliária

O Senado deve tomar a pulso sua obrigação de regulamentar e fiscalizar o sistema financeiro, pois é sua responsabilidade infundir confiança à população brasileira, disse ontem o senador José Fogaça (PMDB-RS). Ele anunciou que, depois de 65 dias de trabalho, está apresentando à Comissão de Assuntos Econômicos uma proposta de regulamentação desse assunto, a fim de instrumentalizar o Banco Central para cumprir eficazmente o seu papel e prover o Senado de meios de fiscalizar os integrantes daquele banco.

Fogaça se disse preocupado com a informação de que o governo vai fazer a Caixa Econômica Federal comprar a carteira imobiliária do Bamerindus, notícia que foi publicada pelo jornal *O Globo* como uma vitória do senador José Eduardo Andrade Vieira (PTB-PR), presidente daquela instituição. Ressalvando que considera Andrade Vieira uma "pessoa de enorme lealdade, correção



José Fogaça

e conduta ética", Fogaça disse que o Brasil vive um momento de grave instabilidade financeira e que faltam ao Senado instrumentos eficazes de acompanhamento e fiscalização de fatos como essa operação entre a CEF e o Bamerindus.

Ele lembrou que, desde 1988, a Constituição exige a aprovação de uma lei complementar para regulamentar o sistema financeiro, havendo nesse sentido um projeto que tramita morosamente na Câmara dos Deputados sem expectativa de votação. "Portan-

to, nós, senadores, temos que tomar a peito essa tarefa, assumi-la, e produzir essa legislação complementar", pregou o senador, anunciando que sua proposta aguarda agora um amplo debate na Comissão de Assuntos Econômicos. Ele explicou que a lei existente hoje para regulamentar o sistema financeiro tem mais de 20 anos e está completamente desatualizada com o Brasil e com o mundo.

Sempre preocupado com as dificuldades técnicas do Senado para agir nesse setor, o parlamentar também afirmou que um abalo no sistema financeiro teria repercussões dolorosas do ponto de vista coletivo, daí ser tão séria a responsabilidade do Legislativo.

Em aparte, o senador Levy Dias (PPB-MS) disse que Andrade Vieira é um homem extremamente ético, que multiplicou empregos na condução do Bamerindus, além de ajudar a alavancar o sistema produtivo nacional.



Eduardo Suplicy

Loyola pode ser chamado a falar sobre Bamerindus

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) comunicou ontem que ele e os senadores petistas José Eduardo Dutra (SE), Marina Silva (AC) e Lauro Campos (DF) requereram à Comissão de Assuntos Econômicos que sejam convidados os presidentes do Banco Central, Gustavo Loyola, e da Caixa Econômica Federal, Sérgio Cutolo, para esclarecer as negociações em curso entre as duas instituições com vistas ao saneamento da situação patrimonial deficitária do Banco Bamerindus.

Suplicy esclareceu que o requerimento baseia-se nas informações de que, com autorização do Banco Central, houve uma reestruturação societária entre empresas da *holding* Bamerindus, com o objetivo de equilibrar o balanço do banco, e de que a Caixa Econômica Federal seria forçada a comprar a carteira imobiliária do Bamerindus, avaliada em R\$ 2,3 bilhões. O senador afirmou que "a decisão política de usar a CEF para socorrer o Bamerindus já teria sido tomada", dada a impossibilidade de recurso ao Proter sem a transferência do controle do Bamerindus para outra instituição.

Sebastião Rocha diz que ensino é vergonhoso

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) disse ontem que não encontra adjetivo capaz de caracterizar a situação do ensino público no Brasil, mas que "constrangedor ou vergonhoso talvez se aproxime do quadro que se delineia aos nossos olhos muitas vezes desatentos".

Salientando que ensino deficiente, professores mal pagos, índices elevados de evasão escolar e repetência são marcas registradas da nossa escola, "sem contar a inversão de prioridades que orienta os gastos do governo", Sebastião Rocha disse que nesse quadro de "caos e desalento surgiu uma luz no final do túnel, que é o programa bolsa-escola, instituído pelo go-

vernador Cristovam Buarque, tentando quebrar o ciclo de negligência com um programa inovador que garante a educação básica".

ASSISTÊNCIA

Rocha comentou também sobre o programa "Médicos de Família" que, conforme disse, é uma "nova modalidade de assistência à saúde da população, muito promissora, que vem sendo adotada por um número crescente de municípios. O senador explicou que o programa consiste na instalação de um "verdadeiro consultório médico" nos bairros para atender as famílias locais.

ORÇAMENTO

Em outro discurso, Rocha defendeu uma "discussão séria" sobre a transparência e a

participação na aplicação do dinheiro público. O senador argumentou que os "vícios e práticas clientelistas que ainda perduram em relação ao destino dos recursos inscritos no Orçamento fazem dele uma grande peça de ficção". Ele referiu-se à experiência de Porto Alegre, na gestão de Olívio Dutra, que, conforme disse, está sendo reproduzida em outros municípios, como Betim, Belo Horizonte e também no DF. Trata-se, segundo o senador, do orçamento participativo. Explicou que "a idéia é simples e tem como objetivo levar a população a participar mais diretamente das decisões sobre a aplicação das verbas públicas".

Simon apóia a criação de imposto mundial

Ao demonstrar entusiasmo com a proposta do presidente sul-africano, senador sugere que a Casa ofereça a tribuna a Nelson Mandela para que defenda seu ponto de vista

Alcântara cobra investimentos no Cariri, CE

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) defendeu ontem a necessidade de maiores investimentos na região cearense do Cariri, onde se localiza a cidade do Crato, segundo ele uma das áreas mais ricas em recursos naturais e tradições culturais do Ceará.

Alcântara informou que o governador Tasso Jereissati tem beneficiado o Cariri, inclusive firmando acordos que permitirão a instalação na região de uma fábrica da Grandene, que começará a produzir calçados, propiciando a criação de 1.200 empregos. Mas disse que a região mantém uma economia aquém de suas potencialidades.

Conforme o senador, Jereissati está buscando, dentro de um programa de interiorização industrial, novas oportunidades empresariais para aquela região, que compreende 33 municípios do centro-sul do Ceará, com uma população de 950 mil habitantes. Lúcio Alcântara explicou que o declínio econômico do Cariri iniciou-se com o retardamento da eletrificação propiciada pela hidrelétrica de Paulo Afonso.

Ele afirmou que, apesar de o governador tomar medidas concretas em favor do desenvolvimento do Cariri, a região ainda se ressentia da falta de infra-estrutura para o seu distrito industrial, precisando de obras como esgoto, drenagem, energia e telefonia.

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) afirmou ontem seu entusiasmo com a proposta defendida pelo presidente da África do Sul, Nelson Mandela, de criar um imposto social mundial sobre todas as transações comerciais. Os recursos seriam destinados à compra de gêneros de primeira necessidade, para serem distribuídos às populações carentes do mundo. Simon sugeriu que o Senado, à semelhança dos parlamentos britânico e francês, convide Mandela para utilizar a tribuna na defesa de sua proposta.

Na opinião do senador, Nelson Mandela, "símbolo da dedicação de uma vida a uma causa", no caso, a extinção do *apartheid* contra os negros sul-africanos, tem autoridade e grandeza para propor o impos-

to a todos os países.

Simon também felicitou o presidente Bill Clinton, dos Estados Unidos, pela decisão de adiar, até fevereiro do ano que vem, a aplicação da Lei Helms-Burton, que impõe sanções a empresas que mantenham relações comerciais com Cuba. Segundo o senador, as sanções não são a melhor forma de promover a democracia na ilha. Ao contrário, disse, os Estados Unidos deveriam entender que há uma reivindicação dos Estados-membros da OEA favorável à reintegração de Cuba.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP), em aparte, lembrou



Pedro Simon

que também os países da Comunidade Européia alertaram Clinton para a discriminação inédita explícita na Lei Helms-Burton. Quanto ao convite a Nelson Mandela, Suplicy considerou-o interessante, apesar de o líder

negro já ter vindo duas vezes, recentemente, ao Brasil. Também seria importante, disse o senador, aprofundar as relações do País com a África do Sul.

O senador Romeu Tuma (PSL-SP) cumprimentou Simon por trazer a plenário temas de política internacional e disse que Mandela "representa os miseráveis de todo o mundo".

Beni Veras destaca crescimento da renda per capita no Nordeste

O senador Beni Veras (PSDB-CE) destacou ontem que a renda *per capita* nordestina foi multiplicada por oito nas últimas cinco décadas, passando de US\$ 305,00 em 1950 para US\$ 2.437 em 1995, apesar de a população regional, no mesmo período, ter-se triplicado. Para ele, esta é uma prova de que, se o Nordeste continua ainda na posição de mais pobre região do País, não significa que sua economia esteja estagnada.

Ele destacou que, embora o Nordeste não tenha conseguido acompanhar o dinamismo das demais regiões, de 1950 para cá a região passou por uma fase acelerada



Beni Veras

de urbanização, industrialização e diversificação da estrutura econômica. Explicou Beni Veras que essa fase de transformações estruturais coincide com a atuação do Banco do Nordeste do Brasil - BNB, criado no governo Vargas para executar a política financeira federal na região nordestina. Informou o senador que hoje o banco comemora 44 anos de existência.

Beni Veras observou que este ano o BNB, dirigido por Byron de Queiroz, prevê investimentos de R\$ 2,5 bilhões, valor três vezes superior ao que foi injetado ano passado na economia nordestina, beneficiando especialmente o pequeno e micro-

empresário e produtores rurais. Beni Veras lembrou que recentemente o presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, citou o BNB como modelo de experiência na geração de emprego e renda a custos reduzidos.

Para o senador cearense, o Banco do Nordeste credencia-se como instituição exemplar por nunca ter apresentado prejuízo em toda sua história e por ter-se mostrado sempre capaz de custear as próprias despesas administrativas. Ele frisou que os dividendos e o Imposto de Renda pagos pela instituição financeira nordestina superam o total de recursos aportados pela União, na condição de acionista majoritária, para a capitalização do BNB.

Instalada a comissão das mensalidades

O senador Ney Suassuna assume a presidência e defende a busca do "ponto de equilíbrio" para a questão: não sacrificar os pais dos alunos, nem levar escola privada à falência

A comissão mista destinada a emitir parecer relacionado à medida provisória que "dispõe sobre o valor total anual das mensalidades escolares" foi instalada ontem, tendo sido eleito presidente o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) e como vice-presidente o deputado Fausto Martello (SP). O relator é o deputado Paes Landim (PI).

Após assumir a presidência da comissão, Ney Suassuna disse, em entrevista, que "a escola têm que ser pública, gratuita, universal, ou seja, com vaga para todos, e de qualidade". Quanto aos que querem dar ao filho ensino diferenciado, de caráter religioso, por exemplo, o senador observou que estes teriam



Ney Suassuna

a opção junto à iniciativa privada.

- O governo quer impor unilateralmente o tabelamento de preço quebra não só o regime democrático como também as regras do sistema capitalista, mas nem por isso

as escolas particulares podem cobrar o que querem - disse.

Ney Suassuna afirmou que a comissão precisa encontrar "um ponto de equilíbrio" e, conforme explicou, não sacrificar os pais dos educandos, nem levar à falência a escola privada. "É o que se tem buscado, há nove meses, no âmbito da comissão, e esperamos que o Congresso Nacional adote a mesma atitude", afirmou.

Integram ainda a comissão, como titulares, os senadores José Fogaça (PMDB-RS), Guilherme Palmeira (PFL-AL), Júlio Campos (PFL-MT), Lúcio Alcântara (PSDB-CE), Levy Dias (PPB-MS) e Romeu Tuma (PSL-SP).



Bernardo Cabral

Cabral rende homenagem a padre Luppino

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) homenageou ontem o padre Francisco Luppino, por seus 50 anos de sacerdócio, a maior parte dele exercido no Brasil. Nascido em Catanzaro, na Itália, onde ordenou-se em 1946, Francisco Luppino chegou ao Amazonas em 1948, naturalizando-se brasileiro em 1967, disse o senador. Ele trabalhou nas paróquias de Nossa Senhora de Nazaré (Manaus) e nas cidades de Maués, Parintins e Brasília, onde ficou por 10 anos.

Em 1977, depois de um período de estudo na Itália, Francisco Luppino retornou à diocese de Parintins, assumindo a Matriz do Sagrado Coração de Jesus. Bernardo Cabral disse que estava concluindo o curso científico quando esse padre chegava ao Amazonas, onde exerceu um sacerdócio do maior significado para as populações humildes do estado.

Superfaturamento em obra do TRT preocupa Amorim

O senador Ernandes Amorim (PMDB-RO) voltou a denunciar ontem ocorrência de superfaturamento nas obras do Tribunal Regional do Trabalho em Rondônia. Segundo o senador, parte dos R\$ 10 milhões liberados para a conclusão da obra foi desviada.



Amorim

Amorim pediu ainda que seja feita pelo Tribunal de Contas da União uma fiscalização no governo de Rondônia, diante das constantes denúncias de corrupção naquele estado.

Ele também criticou a decisão do Departamento de Estradas de Rodagem do estado de não permitir que taxistas transportem passageiros de um município para outro. Segundo o senador, a medida está inviabilizando o trabalho de 3.500 motoristas de táxi.

Lúcio Alcântara saúda novo arcebispo de Fortaleza

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) anunciou ontem que o novo arcebispo de Fortaleza, dom Cláudio Hummes, tomará posse neste domingo, em cerimônia a ser realizada na catedral daquela cidade. "Trata-se não apenas de um sacerdote virtuoso, como também um professor de Filosofia de grandes conhecimentos teológicos", disse o senador, acrescentando que Fortaleza se prepara de braços abertos para receber o novo arcebispo, que sucede no cargo a d. Aloísio Lorscheider.

- O novo pastor haverá de fazer tudo para engrandecer o sacerdócio católico e dar prosseguimento ao trabalho de dom Lorscheider, o qual sempre esteve atento à doutrina social da Igreja - acentuou Lúcio Alcântara. Con-



Lúcio Alcântara

gratulando os dois bispos, ele afirmou que dom Aloísio sempre dedicou-se a aliviar os sofrimentos dos humildes, e manifestou sua certeza de que dom Cláudio Hummes será um exemplar seguidor dessa linha pastoral. Em nome do povo do Ceará, Lúcio Alcântara desejou boas vindas ao novo arcebispo.

Soldados brasileiros permanecerão durante mais um ano em Angola

Na aprovação do pedido do Presidente, Romeu Tuma demonstrou a necessidade de o País colaborar com a missão de paz da ONU

O plenário do Senado aprovou ontem pedido do presidente da República para que os 1.106 soldados brasileiros que fazem parte da missão de paz das Nações Unidas em Angola continuem no país por mais um ano. Os brasileiros integram uma missão da ONU de 7 mil voluntários, que colaboram para o processo de pacificação política naquele país, atingido por uma guerra civil que já matou, em duas décadas, um milhão de pessoas e produziu cinco milhões de refugiados e deslocados internos.

Conforme o relator do pedido, senador Romeu Tuma (PSL-SP), se o Brasil quer mesmo ser membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas, "necessita colaborar com a ONU e mostrar-se um parceiro diligente e empenhado nas re-



Romeu Tuma

lações internacionais corretas e pacíficas".

EMPRÉSTIMO

Também foi aprovada autorização para que a prefeitura de Bauru (SP) tome empréstimo de R\$ 10 milhões junto ao Chase Manhattan, para obras viárias e de saneamento básico. A matéria constava da pauta da sessão extraordinária realizada

anteriormente, tendo os senadores Pedro Simon (PMDB-RS), Epitácio Cafeteira (PPB-MA), José Eduardo Dutra (PT-SE) e Esperidião Amin (PPB-SC) manifestado suas restrições ao financiamento, o que levou o presidente José Sarney a adiar a votação para a sessão ordinária da tarde.

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) disse, naquela ocasião, que ofereceu parecer favorável ao pleito de Bauru, mas com a ressalva de que o empréstimo previa juros absurdos, de 2,3% ao mês, com carência de apenas oito meses. O senador paraense afirmou ter aceitado ponderação do prefeito Tidei de Lima, segundo o qual qualquer empréstimo junto ao sistema financeiro nacional impõe uma taxa três vezes superior à cobrada pelo Chase Manhattan.

Odacir teme por conflito na BR-364

O senador Odacir Soares (PFL-RO) pediu ao ministro dos Transportes que adote medidas rápidas e eficazes para evitar possíveis conflitos entre caminhoneiros dispostos a um novo e iminente bloqueio da BR-364 e os sem-terra que se aproximam do trecho a ser interrompido. Os caminhoneiros protestam contra o retardamento e paralisação de obras na estrada que liga os estados de Mato Grosso, Rondônia e Acre.

- É fácil prever as graves consequências que poderão advir do confronto entre esses aguerridos agrupamentos, dispostos, uns, a fechar a estrada sustentando a passagem de quem quer que seja, e, outros, a seguir viagem, levando de roldão quem quer que a eles se anteponha levantando obstáculos à sua passagem - alertou o senador.



Odacir

COMPROMISSO

Odacir Soares disse que o governo assumiu o compromisso de liberar, a curto prazo, os recursos necessários à recuperação dos trechos mais precários e, a médio prazo, os destinados à restauração completa da rodovia. Lembrando que foi ele o intermediário "das tensas negociações" de então, o senador lamentou que o governo esteja atrasando a liberação dos recursos acordados, motivo do protesto de agora.

Tuma homenageia ex-combatentes

O senador Romeu Tuma (PSL-SP) homenageou ontem a Associação dos ex-Combatentes do Brasil e a Associação dos Veteranos da FEB, ao destacar o 51º aniversário da volta dos soldados brasileiros que lutaram na 2ª Guerra Mundial.

O Brasil viveu momentos de orgulho e afirma-

ção, mas foi sem dúvida em 18 de julho de 1945 que o povo brasileiro apresentou uma das maiores demonstrações de júbilo e carinho já vistas em solo pátrio, quando foi em massa às ruas do Rio de Janeiro para acolher os soldados que voltavam - disse ele.

Tuma lembrou que, du-

rante os conflitos, a FEB fez 20.573 prisioneiros de guerra, defrontando-se com grandes unidades fascistas e nazistas. "Mas tais conquistas custaram muito sangue fraterno, pois o Brasil perdeu nas batalhas 451 preciosas vidas e teve 1.577 feridos", afirmou.

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ 1º Vice-Presidente: Teotonio Vilela Filho
2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ 1º Secretário: Odacir Soares
2º Secretário: Renan Calheiros ■ 3º Secretário: Levy Dias
4º Secretário: Ernandes Amorim ■ Suplentes de Secretário: Antonio Carlos Valadares ■ Eduardo Suplicy ■ Emília Fernandes ■ Ney Suassuna

■ Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia ■ Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal
Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita
Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helivaldo Rios ■ Coordenador de Jornalismo - Flávio de Mattos ■ Chefe do Serviço de Imprensa - José do Carmo Andrade
■ Editores - Djalma Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso
Diagramação - Sérgio Silva e Wesley Carvalho ■ Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume e Adão Nascimento ■ Revisão: Maria das Graças Aureliano e Lindolfo Amaral
■ Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal